



Senado aprova mudança na Lei de Execução Penal

Entre as alterações previstas na proposta, estão o uso monitorado de telefone público e a progressão antecipada de regime em caso de superlotação de presídio

O Plenário aprovou ontem substitutivo a projeto que modifica a Lei de Execução Penal. Elaborado por comissão de juristas em 2012, o projeto pretende reduzir a superlotação dos presídios, melhorar a ressocialização dos presos, combater o poder do crime organizado nas penitenciárias e prevenir as rebeliões.

O substitutivo segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

O relator, Antonio Anastasia, disse que a atual Lei de Execução Penal contribui para a situação crítica do sistema carcerário. Um dos problemas, segundo ele, é a grande quantidade de presos provisórios, o que pressiona todo o sistema. **3**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Eunício Oliveira assina promulgação da Emenda Constitucional 97, da reforma

Reforma política é promulgada e tem novas regras já para 2018

Foi promulgada ontem a emenda constitucional que veda as coligações partidárias nas eleições para deputados e vereadores e

define normas para acesso dos partidos políticos aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo gratuito de propaganda no rádio e na TV. **2**

Voto distrital misto segue para decisão do Plenário **3**

Motivo religioso justifica falta, dizem igrejas **8**

Texto propõe sustar decisão de limitar mamografia **7**

Novo sistema de toxicologia no SUS é aprovado **6**

Descumprir medida protetiva pode virar crime **7**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Comissão julga textos de estudantes: projeto recebeu 154 mil redações e teve apoio de mais de 10 mil professores este ano

Escolhidos alunos que participarão do Jovem Senador

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, anunciou o resultado do Projeto Jovem Senador 2017, pelo qual 27 alunos de escolas públicas representarão seus estados no Senado em no-

vembro. Em primeiro lugar, ficou Bruna Neri Brandão, de Brasília. Em segundo, Silmark de Araújo Alencar, de Dom Pedro (MA). Em terceiro, Raissa de Souza Reis, de Manaus.

Vazamento de dados sigilosos será investigado por CPI da JBS

A CPI mista da JBS vai criar uma relatoria para investigar o vazamento de dados sigilosos e propor mudanças na legislação. Para o presidente

da comissão, Ataídes Oliveira, houve irregularidades na delação de Joesley Batista e o depoimento de Rodrigo Janot deve ser ouvido. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ataídes Oliveira e o advogado Willer Tomaz, que depôs ontem na CPI

Reportagens especiais marcam 30 anos da Carta

A um ano do 30º aniversário da Constituição, o **Jornal do Senado** inicia, com um encarte, a publicação de uma série de reportagens sobre a Carta. Até outubro de 2018, os veículos de comunicação do Senado e da Câmara trarão conteúdos especiais sobre o tema.

Reprodução



Avança demissão de servidor com desempenho ruim

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça projeto que facilita a demissão de servidores públicos municipais, estaduais e federais que tiverem avaliação insuficiente. Pelo texto, que passará por mais três comissões do Senado, a avaliação levará em conta produtividade e qualidade do serviço. **5**



Pedro Franco/Agência Senado

Foi aprovado texto com alterações do relator, Lasier Martins

Secretaria-Geral da Presidência ganha status de ministério

O Plenário do Senado aprovou ontem a medida provisória que dá status de ministério à Secretaria-Geral da Presidência da República, ocupada por Moreira Franco. A MP também recria o Ministério dos Direitos Humanos e inclui a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca entre os órgãos que integram a Presidência. **3**

Promulgada pelo Congresso reforma política para 2018

Siglas que receberem menos de 1,5% dos votos para a Câmara no próximo ano não terão direito ao fundo partidário. Regras também preveem o fim das coligações nas eleições proporcionais a partir de 2020

EM SESSÃO SOLENE ontem, o Congresso promulgou a emenda constitucional que veda as coligações partidárias nas eleições proporcionais e estabelece normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão. A EC 97/2017 decorre de proposta de emenda à Constituição aprovada no Senado na terça-feira.

A proposta cria uma cláusula de desempenho para os partidos: a partir de 2019, só terá direito ao fundo e ao tempo no rádio e na TV o partido que tiver recebido ao menos 1,5% dos votos válidos nas eleições de 2018 para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos nove unidades da Federação, com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas. As regras vão se tornando mais rígidas, com exigências gradativas até 2030.

A cláusula de desempenho eleitoral vai valer já a partir das eleições do ano que vem e o

fim das coligações para eleição de deputados e vereadores, apenas em 2020.

O texto foi lido pelo senador José Pimentel (PT-CE), primeiro-secretário do Senado. O presidente do Congresso e do Senado, Eunício Oliveira, dirigiu a cerimônia e destacou a expressiva votação que a proposta obteve no Plenário do Senado, quando foi aprovada por unanimidade. Segundo o presidente, a alteração promovida pela PEC decorre de uma reivindicação nacional, que vai além da questão eleitoral e atinge questões da ética e da transparência.

Reforma possível

Eunício lamentou não ter sido possível fazer uma reforma política mais profunda já para as próximas eleições aprovando, por exemplo, o voto distrital misto para eleger deputados e vereadores. Ele é autor de um dos textos que aguardam análise do Senado, o PLS 345/2017.

— No meu entendimento, tanto a Câmara, como o Senado, ficaram devendo à população brasileira um novo modelo, um novo sistema, no caso o voto distrital misto. Então nós vamos votar essa matéria, ela não tem pressa de ser aprovada, como as outras, para que a gente possa, já em 2020, termos instalado no Brasil o novo modelo — afirmou o senador.

Fundo eleitoral

Eunício também falou sobre o compromisso com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, de aprovar o fundo público de campanha (PLS 206/2017) antes do dia 7, para valer nas eleições de 2018. O acordo é que o presidente da República, Michel Temer, veto emenda do Senado para que só seja utilizado dinheiro desse fundo para as eleições majoritárias (presidente, governador, senador e prefeito). Com veto a esse trecho, os candidatos nas eleições proporcionais (deputados e vereadores) também poderiam ter acesso aos recursos.

A solenidade de promulgação contou com a presença do ministro das Relações Exteriores, o senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Ele foi o relator da PEC em primeiro turno, antes de assumir o ministério. No segundo turno, atuou como relator o senador Ciro Nogueira (PP-PI). Também estava presente a deputada Shéridan (PSDB-RR), relatora da matéria na Câmara.



Presidente do Senado (C) ouviu sobre novas ações de apoio ao setor

Eunício comemora Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou ontem de cerimônia no Palácio do Planalto em comemoração ao Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa, celebrado em 5 de outubro. O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, anunciou três medidas de apoio ao setor.

Uma delas é o lançamento da Semana Nacional do Crédito, que vai beneficiar micros e pequenas empresas. Sete bancos oferecerão R\$ 9 bilhões em crédito, sendo R\$ 8 bilhões para novos empréstimos e R\$ 1 bilhão para renegociação de dívidas.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Burocracia para empresas será tema de audiência pública

A facilitação da abertura e fechamento de empresas será tema de audiência pública da Comissão Mista de Desburocratização.

Um dos pontos a serem tratados será a flexibilização

das regras dos serviços notariais e de registro. A intenção é estimular a concorrência entre cartórios e melhorar os serviços. Deve ser discutida a redução do tempo necessário para concessão de patentes.

Chaves defende competência da Justiça Militar

Pedro Chaves (PSC-MS) defendeu ontem a aprovação do projeto de lei da Câmara que determina que a Justiça Militar julgue membros das Forças Armadas por crimes dolosos contra a vida de civis praticados por militares no exercício de suas funções (PLC 44/2016). Ele afirmou que o projeto confere segurança jurídica à atuação das Forças Armadas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Cassol comemora cursos de medicina em Rondônia

Ivo Cassol (PP-RO) informou ontem que o Ministério da Saúde aprovou a abertura de cursos de medicina em Ji-Paraná, Rolim de Moura e Jaru. O governo ainda estuda a abertura de um curso na cidade de Ariquemes.

— Eu me preocupo com os nossos jovens que têm o sonho de ter um curso de nível superior.



Jefferson Rudy/Agência Senado



A partir das eleições de 2018, cláusula de barreira já estará valendo

Empresas devem limpar equipamento para consumidor

Carrinhos de supermercado, computadores de lan houses e demais equipamentos usados por consumidores terão que ser higienizados pelas empresas. É o que determina a Lei 13.486/2017, que entrou em vigor ontem.

A nova lei é decorrente do Projeto de Lei do Senado (PLS) 445/2015, aprovado pela Casa em outubro de 2015 e pela Câmara em agosto deste ano.

A norma altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC) inserindo dispositivo que obriga a empresa a higienizar equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de produtos ou serviços, ou colocados à disposição do consumidor. Será necessário, ainda, informar de maneira visível sobre possível risco de contaminação.

O autor do PLS 445/2015, o ex-senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), explicou na justificativa do projeto que foi motivado por pesquisa mostrando que carrinhos de supermercado e mouses são os objetos fornecidos a clientes mais contaminados por bactérias.

Risco

A proposta foi aprovada de forma terminativa pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado, onde foi relatada pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO). No relatório, Gurgacz, em consonância com Crivella, declarou que “a não higienização dos equipamentos e utensílios disponíveis para o consumidor no momento da compra de produtos ou da prestação de serviços

não pode ser entendida como risco normal e previsível”.

A seção “Da Proteção e Saúde e Segurança” do CDC já contém normas sobre a oferta de informações de produtos industriais e de produtos ou serviços potencialmente perigosos.

O texto ainda proíbe comércio de produto ou serviço altamente nocivo à saúde ou perigoso. Quando um fornecedor descobre que um produto já colocado no mercado apresenta perigo, tem a obrigação de comunicar o fato imediatamente às autoridades e aos consumidores, mediante anúncios publicitários custeados pela empresa. Os entes federados também têm que informar a população assim que souberem da periculosidade do produto.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CRE Acordo com a Itália

9h Na pauta, acordo de reconhecimento de carteiras de habilitação entre Brasil e Itália.

SESSÃO ESPECIAL Microempresa

9h Homenagem ao Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa.

CPI DOS MAUS-TRATOS Depoimentos

10h Depoimentos de Helena Ramos, Thaís Alves, Natalia Iencarelli e Luana dos Santos.

PLENÁRIO Tributos

11h/14h Na pauta do Plenário, projeto sobre regularização tributária.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Aprovada reforma na Lei de Execução Penal

Texto proposto por comissão de juristas prevê progressão antecipada de regime em caso de superlotação de presídio, além de incentivos para que o preso trabalhe e estude

O PLENÁRIO APROVOU ontem substitutivo a projeto de lei do Senado que modifica a Lei de Execução Penal. Segundo o relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), o PLS 513/2013 reduz a superlotação dos presídios, melhora a ressocialização dos presos, combate o poder do crime organizado nas penitenciárias e previne as rebeliões que provocaram centenas de mortes nos últimos anos. O projeto será encaminhado à Câmara dos Deputados.

Anastasia destacou que o sistema carcerário encontra-se em situação crítica. Ele ressaltou que o Brasil tem quantidade muito alta de presos encarcerados (provisórios e em regime fechado) em relação a presos em regimes de liberdade relativa (semiaberto ou aberto). Também apontou falta de vagas, sobretudo nos regimes semiaberto e aberto.

O senador observou que a grande quantidade de presos provisórios provoca um efeito cascata que pressiona todo o sistema, e apontou a baixa

proporção de presos que trabalham ou estudam em relação ao total da população carcerária.

O relator rejeitou emendas apresentadas em Plenário, já que o projeto havia sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e ainda será debatido na Câmara.

Entre as alterações previstas no projeto, estão valorização do trabalho dos detentos; incentivo fiscal para empresas que contratarem presos e egressos; parcerias público-privadas para a educação e profissionalização dos presos; possibilidade de uso de telefone público (monitorado), o que pode contribuir para diminuir o poder das organizações criminosas em relação ao uso clandestino de celulares; e progressão antecipada de regime em caso de superlotação de presídio como direito do preso.

O projeto começou a ser elaborado em 2012 por comissão de juristas nomeada pelo então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-MA). O texto resultante foi então subscrito



Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e o presidente do Senado, Eunício Oliveria, durante sessão no Plenário

pelo presidente seguinte, Renan Calheiros (PMDB-AL).

A Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) é considerada obsoleta, o que contribui para a superlotação do sistema carcerário. A reforma, ressaltaram os senadores, tem objetivo de humanizar os presídios, facilitar a ressocialização dos presos e desburocratizar procedimentos no sistema.

PEC que cria polícias penitenciárias já pode ser votada em segundo turno

A proposta de emenda à Constituição que cria as polícias penitenciárias federal, estaduais e distrital está pronta para ser votada em segundo turno no Plenário do Senado.

A PEC 14/2016, do senador

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), cumpriu sua terceira e última sessão de discussão em segundo turno durante a ordem do dia de ontem. Se aprovada no Senado, a proposta seguirá para a análise da Câmara dos Deputados.

Aprovada MP que dá status de ministério à Secretaria-Geral da Presidência

O Plenário do Senado aprovou ontem a medida provisória que atualizou a organização administrativa do Poder Executivo.

A MP 782/2017 dá status de ministério à Secretaria-Geral da Presidência da República, hoje ocupada por Moreira Franco, um dos investigados da Lava Jato, e cria o Ministério dos Direitos Humanos.

Foram 40 votos favoráveis, 24 contrários e 1 abstenção.

Como sofreu alterações no Congresso, a medida provisória será enviada para sanção presidencial na forma do

PLV 30/2017, cujo relator foi o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O projeto de lei de conversão inclui a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca entre os órgãos que integram a Presidência da República. A secretaria, por enquanto, é vinculada ao Ministério da Agricultura. Entretanto, a mudança foi criticada por alguns senadores e há a possibilidade de o Poder Executivo não acolher esse dispositivo.

O senador Cidinho Santos (PR-MT) defendeu a permanência da Secretaria da Pesca no âmbito do Ministério da

Agricultura, principalmente devido à atribuição de inspeção sanitária, que necessita de estruturas física e de pessoal especializadas.

A MP também criou o Ministério dos Direitos Humanos. Mas o texto mantém na Casa Civil a atribuição de delimitar as terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinar suas demarcações, que devem ser homologadas por decreto.

Para o relator, as mudanças promovidas dão "uma nova concepção de gestão para a administração pública federal" e aperfeiçoa a estrutura do

Poder Executivo.

Flexa também explicou que a medida provisória inclui na área de competência do Ministério das Relações Exteriores a supervisão da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil) e a política de imigração.

O senador disse ainda que o PLV devolve a competência sobre a área previdenciária ao Ministério do Trabalho e determina que o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais integre a estrutura básica do Ministério dos Direitos Humanos.

Com Agência Câmara

Vai a Plenário proposta que adota o sistema de voto distrital misto

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a proposta de emenda constitucional que estabelece o voto distrital misto no país para as eleições de deputados federais, distritais e estaduais. O texto acolhido é o substitutivo de Valdir Raupp (PMDB-RO) à PEC 61/2017, que agora vai a Plenário para discussão e votação em dois turnos.

Pelo sistema misto, os eleitores tem direito a dois votos: um para o candidato específico do seu distrito eleitoral e outro para um partido de sua escolha. Metade das vagas em cada casa legislativa seria ocupada por representantes distritais, e a outra metade sairia de lista partidária preordenada pelos partidos. Neste último caso, a votação proporcional de cada partido decidiria os vencedores.

Em relação às eleições para vereador, o texto propõe que o sistema eleitoral seja definido por lei própria. O substitutivo veda coligações partidárias nas eleições, mas admite a criação de federação de partidos, na forma de lei que deverá ser editada.

A PEC 61/2007, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE),



Valdir Raupp na reunião da CCJ que aprovou o seu substitutivo

tramita em conjunto com outras duas: 90/2011, do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e a 9/2015, de Reguffe (sem partido-DF). Estava também em exame voto em separado de Roberto Rocha (PSB-MA), com substitutivo à PEC de Aloysio.

O relator optou pela mais antiga, a PEC 61/2007 de Valadares, atendendo determinação regimental. Porém, Raupp assinalou que, no seu substitutivo, incorporou proposta de Roberto Rocha.

Divisão

Pelo texto aprovado, os estados e o Distrito Federal serão divididos em distritos em número correspondente à metade — ou ao número inteiro maior mais próximo — do tamanho da representação

na Câmara dos Deputados. O delineamento dos distritos será feito por meio de resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em até um ano antes das eleições.

No caso de um partido eleger representantes nos distritos em número superior ao definido pelo princípio da proporcionalidade, a diferença será compensada nas listas proporcionais, vedado o aumento do número de deputados. O texto mantém os atuais 513 deputados federais, com nenhuma unidade da federação tendo menos de oito ou mais de 70 parlamentares.

Raupp diz que a maior parte dos eleitores desconhece a regra de transformação de seu voto em cadeiras e não entende como votar em um nome pode eleger outro candidato do partido ou de sua coligação.

Senado tem até quarta-feira para votar MP do Refis

Foi lida ontem no Plenário do Senado a medida provisória que permite o parcelamento, com descontos sobre juros e multas, de dívidas tributárias de pessoas físicas e jurídicas com a União.

A MP 783/2017, conhecida como MP do Refis, precisa ser votada até quarta-feira para não perder a validade.

O texto aprovado na terça-feira pela Câmara é um substitutivo do relator da MP, deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG).

As mudanças foram feitas após negociações com o governo, que considerou exagerados os benefícios previstos no projeto de lei de conversão aprovado na comissão especial.

CPI da JBS vai apurar vazamento de investigação

Relatoria para investigar divulgação de informação sigilosa caberá ao deputado Wadih Damous. Presidente e relator da comissão querem ouvir ex-procurador Rodrigo Janot

DEPOIS DE OUVIR ontem o advogado Willer Tomaz, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS decidiu criar uma relatoria específica para investigar o vazamento de dados de investigações sigilosas e propor mudanças na legislação. O trabalho ficará a cargo do deputado Wadih Damous (PT-RJ).

Após o depoimento, o presidente da comissão, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), e o relator, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), disseram-se convencidos das irregularidades envolvendo a delação de Joesley Batista e defenderam a tomada de depoimento do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot.

— O depoimento foi didático, transparente e convenceu a mim e ao relator. Ele deixou claro o modus operandi da delação dos irmãos Batista. Tudo foi orquestrado e administrado

para atingir pessoas — disse Ataídes.

Tomaz trabalhava para o grupo JBS e foi acusado por Joesley Batista, em delação premiada, de ter atuado para beneficiar o grupo empresarial em investigações da Polícia Federal e do Ministério Público. Ele teria atuado em conjunto com o procurador da República Ângelo Goulart Villela. Ambos ficaram 76 dias encarcerados e agora respondem em liberdade.

O advogado se diz inocente e vítima de uma armação de Joesley para obter benefícios em sua delação.

O relator lembrou que Tomaz era apoiador de Raquel Dodge na época em que ela concorria à chefia do Ministério Público e disse que Dodge era adversária de Janot.

— A teoria que se fortalece é que houve um complô visando impedir a vitória de Raquel Dodge na Procuradoria-Geral



O presidente da CPI, Ataídes Oliveira, fala em audiência, entre o relator, Carlos Marun (E), e o advogado Willer Tomaz

e depor o presidente Temer.

Após ouvir o depoimento do advogado, a CPI mista aprovou um requerimento de convocação do ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) Vinicius Marques de Carvalho.

O pedido partiu do presidente da comissão. Ataídes alega que Janot, ao denunciar

Michel Temer por corrupção passiva, lançou suspeita sobre um contrato de R\$ 406,6 milhões assinado entre uma termelétrica do grupo JBS e a Petrobras para fornecimento de gás. O negócio teria sido feito após interferência do Cade.

“A atuação do Cade em casos de interesse do grupo JBS é alvo de questionamentos do

Ministério Público em outra operação, a Bullish, que investiga fraudes nos aportes de R\$ 8,1 bilhões feitos pelo BNDES para a expansão do grupo”, diz Ataídes em seu requerimento. Marques de Carvalho presidiu o Cade quando o órgão analisou a concentração econômica em aquisições da JBS dentro e fora do país.

CPI dos Maus-Tratos aprova reconvocação do curador de mostra

A CPI dos Maus-Tratos aprovou a reconvocação de Gaudêncio Fidélis, curador da mostra *Queermuseu — cartografias da diferença na arte brasileira*, cancelada em virtude do protesto de frequentadores, que identificaram na exposição apologia à zoofilia, à pedofilia e ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

Gaudêncio Fidélis deveria ter sido ouvido ontem, mas não compareceu. Habeas corpus concedido pelo ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), garantiu ao curador o direito de ser assistido por advogado e de se manter em silêncio.

A defesa do curador pretendia que a convocação fosse suspensa. Entretanto, o ministro Alexandre de Moraes negou o recurso.

Para o presidente da CPI dos Maus-Tratos, senador Magno Malta (PR-ES),



Ao lado de José Medeiros, Magno Malta, presidente da CPI, diz que exposição violou leis

a exposição de arte foi uma violação às leis de proteção ao menor.

— Ninguém está acima da lei. Leia o Estatuto da Criança e do Adolescente, leia a lei que tornou crime hediondo violência, de qualquer ordem, praticada contra criança.

Também foi aprovado requerimento da senadora Ana Amélia (PP-RS) convocando os responsáveis por uma performance no Museu de Arte Moderna de São Paulo, na qual uma criança foi filmada interagindo com um homem nu.

Debate aponta que política econômica retira direitos humanos

A política de austeridade fiscal tem retirado direitos em várias comunidades do país, afirmou a relatora especial da Plataforma de Direitos Humanos (Dhesca), Denise Carreira. Ela participou ontem de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) que debateu os impactos da política econômica na violação dos direitos

humanos, econômicos e sociais.

Denise disse que as políticas de austeridade econômica se sustentam em argumentos frágeis e estudos controversos. A Dhesca lançou esta semana o relatório sobre os impactos dessas políticas sobre os direitos humanos.

A partir de cinco missões distintas — como visitas a população de rua,

favelas, agricultura familiar e povos indígenas —, foram constatados a retirada de direitos e o congelamento de investimentos públicos.

O documento recomenda ao governo medidas para assegurar os direitos humanos. Entre elas, reforma tributária progressiva e referendo popular sobre a revogação da emenda que fixou um teto para os gastos públicos.

Para a senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que pediu o debate, o Congresso deve criar mais leis que protejam a sociedade do processo de desigualdades econômicas e sociais.

— Esse relatório é importante para que a gente possa, à luz da pesquisa, lutar contra os retrocessos e avançar nas políticas públicas para a cidadania.

Também participaram da audiência representantes da Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão e do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Maranhão quer Dnocs em transposição de rio

José Maranhão (PMDB-PB) destacou o trabalho do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e sua importância para o Nordeste. Com quase cem anos, o Dnocs foi o primeiro órgão do governo federal a estudar os problemas do semiárido, destacou o senador.

Para ele, não há fórmula para acabar com a seca, mas o Brasil carece de uma política permanente capaz de suavizar os efeitos das estiagens no Nordeste. Ele citou uma série de projetos do Dnocs e cobrou uma revitalização do órgão para que assuma “papel preponderante” na gestão das águas da transposição do São Francisco.

— Graças à obra, quase 1 milhão de pessoas estão sendo servidas pelas águas do Rio São Francisco.



Audiência conduzida por Fátima Bezerra (4ª à esq.) discutiu impactos da política econômica

Comissão aprova regras para demitir servidor por desempenho insuficiente

Proposta, que ainda passará por três comissões, vale para servidores estáveis dos três Poderes, nas administrações federal, estaduais e municipais

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem regras para a demissão de servidor público estável por insuficiência de desempenho, aplicáveis a todos os Poderes, nos níveis federal, estadual e municipal. A regulamentação tem por base o substitutivo apresentado pelo relator, senador Lasier Martins (PSD-RS), ao projeto de lei (PLS 116/2017 – Complementar) da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE). A matéria ainda passará por três comissões, a começar pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Um debate de quase duas horas antecedeu a votação, encerrada com nove votos favoráveis à proposta e quatro contrários.

Rendimento

Pelo texto, o desempenho funcional dos servidores deverá ser apurado anualmente por uma comissão avaliadora e levará em conta, entre outros fatores, a produtividade e a qualidade do serviço. Deverá ser garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

No texto de Maria do Carmo, a responsabilidade pela avaliação de desempenho seria do chefe imediato de cada servidor. Lasier Martins, no entanto, afirmou que nem sempre o chefe imediato é um servidor estável, mas sim um comissionado sem vínculo efetivo com a administração pública.

O relator disse que também pesou na sua decisão o posicionamento de entidades representativas dos servidores, para as quais não seria razoável deixar exclusivamente a cargo da chefia imediata uma avaliação que poderia levar à exoneração de um servidor estável. Segundo ele, foi citado o risco de uma decisão de tamanha gravidade ser determinada “por simpatias ou antipatias no ambiente de trabalho”.

Periodicidade

De acordo com o substitutivo, a apuração do desempenho do funcionalismo deverá ser feita entre 1º de maio de um ano e 30 de abril do ano seguinte. Produtividade e qualidade serão os fatores avaliativos fixos, associados a outros cinco fatores variáveis, escolhidos em função das



Plenário da CCJ, que aprovou proposta que prevê a demissão de servidores públicos por baixo desempenho

principais atividades exercidas pelo servidor no período. Estão listados, entre outros, inovação, responsabilidade, capacidade de iniciativa e foco no usuário/cidadão.

A ideia é que os fatores de avaliação fixos contribuam com até metade da nota final apurada. Os fatores variáveis deverão corresponder, cada um, a até 10% da nota. A depender da nota final, dentro de uma faixa de zero a dez, o desempenho funcional será conceituado dentro da seguinte escala: superação (S), igual ou superior a oito pontos; atendimento (A), igual ou superior a cinco e inferior a oito pontos; atendimento parcial (P), igual ou superior a três pontos e inferior a cinco pontos; não atendimento (N), inferior a três pontos.

Demissão

A possibilidade de demissão estará configurada, segundo o substitutivo, quando o servidor público estável obtiver conceito N (não atendimento) nas duas últimas avaliações ou não alcançar o conceito P (atendimento parcial) na média tirada nas cinco últimas avaliações. Quem discordar do conceito atribuído ao seu desempenho funcional poderá pedir reconsideração ao setor de recursos humanos dentro de dez dias de sua divulgação. A resposta terá de ser dada no mesmo prazo.

Também caberá recurso da decisão que negar, total ou parcialmente, o pedido de reconsideração. Mas essa possibilidade só será aberta ao servidor que tiver recebido conceito P ou N. O órgão de recursos humanos terá 15 dias, prorrogáveis por igual período, para decidir sobre o recurso.

Esgotadas essas etapas, o servidor estável sujeito à demissão ainda terá prazo de 15 dias para apresentar suas alegações finais à autoridade máxima da instituição onde trabalha.

O substitutivo deixa claro também que a insuficiência de desempenho relacionada

a problemas de saúde e psicossociais poderá levar à demissão, mas apenas se a falta de colaboração do servidor no cumprimento das ações de melhoria de seu desempenho não decorrer exclusivamente dessas circunstâncias.

Carreiras de Estado

De acordo com o texto aprovado, a exoneração por insuficiência de desempenho de servidores vinculados a atividades exclusivas de Estado, como policiais, procuradores de órgãos de representação judicial, defensores públicos e auditores tributários, dependerá de processo administrativo específico, conduzido segundo os ritos do processo administrativo disciplinar.

Emendas

Onze emendas foram apresentadas ao projeto, mas Lasier acatou apenas duas, apresentadas por Humberto Costa (PT-PE), de modo parcial. Uma delas garante prioridade aos servidores avaliados com insuficiência de desempenho nos programas de capacitação e treinamento dos respectivos órgãos.

A segunda emenda se refere ao processo de desligamento dos servidores que exercem atividades exclusivas de Estado. Nesse caso, ele adotou a proposta de que a exoneração por insuficiência de desempenho dependa de processo administrativo específico,

Eficiência

Ao defender a proposta, Maria do Carmo disse que seu objetivo não é prejudicar os “servidores públicos dedicados”, “que honram cotidianamente os vencimentos que percebem e são imprescindíveis para o cumprimento das atribuições estatais”. Disse ser necessário levar em conta que, quando não há a perda do cargo de um agente público negligente, sérias consequências derivam dessa omissão.

“A sociedade se sente lesada, porquanto desembolsa pesados tributos para o correto

funcionamento da máquina pública que, por sua vez, não lhe retorna o investimento em bens e serviços.

Rejeição

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apresentou voto em separado pela rejeição do projeto. Segundo ele, a proposta ainda motiva dúvidas tanto técnicas quanto a respeito de seus objetivos.

— Há dúvidas razoáveis sobre seus fins políticos reais, direcionados, em alguma medida, a favorecer um expurgo arbitrário no serviço público, com vistas à redução do tamanho do Estado, numa perspectiva econômica ortodoxa, arcaica e, sobretudo, autoritária — sustentou Randolfe.

Para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), há o risco de que inúmeras injustiças sejam cometidas com os servidores.

Meritocracia

A senadora Ana Amélia (PP-RS) disse que não associa o projeto ao fim da estabilidade, mas sim, à defesa da meritocracia.

Eduardo Braga (PMDB-AM) defendeu o projeto, mas afirmou que a proposta ainda deve ser aprimorada nas próximas comissões.

Armando Monteiro (PTB-PE) disse que o desempenho do servidor muitas vezes é prejudicado pela falta de condições de trabalho. Mas, segundo ele, isso não é motivo para que não se avalie o desempenho.

— É possível identificar às vezes, em precaríssimas condições materiais, servidores que se superam e dão belos exemplos do seu compromisso.

Simone Tebet (PMDB-MS) votou a favor da proposta, mas apontou a possibilidade de vício de constitucionalidade. No caso de leis complementares, que se aplicam a todos os poderes e entes federativos, ela afirmou que só é possível legislar em relação a normas gerais, e não específicas, como faz o projeto.

Humberto Costa critica privatização da Eletrobras e da Chesf

Humberto Costa (PT-PE) criticou a proposta de privatização da Eletrobras e lamentou que a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) também esteja entre as que serão vendidas. O senador disse que participará de um ato em Petrolina (PE) contra a privatização da Chesf, juntamente com governadores do Nordeste.



— É uma gatunagem de proporções absurdas que tem a proeza de ser mais inconsequente do que todas as estripulias praticadas nos governos do PSDB, quando o nosso patrimônio foi vendido a preço de banana.

Para Paim, reforma da Previdência não deve ser aprovada este ano

Paulo Paim (PT-RS) comentou uma carta que recebeu da Confederação das Mulheres do Brasil, mostrando descontentamento em relação às reformas Trabalhista e da Previdência. Na carta, a instituição relata que está apreensiva com a perda de direitos dos trabalhadores e com o desmonte da Previdência Social.

— Eu tenho dito a elas que espero que a reforma da Previdência não aconteça este ano e que o governo eleito com a força das urnas, pelo voto popular, seja qual for o resultado, além de um novo Congresso, que eles possam então aprofundar o debate sobre a Previdência — afirmou.

Telmário Mota discorda de decisão do STF de afastar Aécio

O senador Telmário Mota (PTB-RR) disse considerar “erradas, ilegais e sem respaldo na Constituição” as decisões do Supremo Tribunal Federal que determinaram a prisão do ex-senador Delcídio do Amaral, em novembro de 2015, e o afastamento do mandato do senador Aécio Neves (PSDB-MG), na semana passada. Telmário disse que votou contra a prisão de Delcídio, quando a questão foi analisada pelo Senado, e que pagou um preço por esse voto, especialmente em Roraima.



— Isso me custou caro.

Aprovada proposta que institui novo sistema de toxicologia no SUS

Projeto foi apresentado após incêndio na boate Kiss, em Santa Maria, quando 242 pessoas morreram, principalmente por intoxicação

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o relatório de Ana Amélia (PP-RS) favorável ao projeto que institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) uma nova política voltada para a toxicologia (PLS 56/2014), de autoria de Paulo Paim (PT-RS).

Ambos os senadores gaúchos mencionaram, durante a reunião da CAS, a motivação do projeto, um dos diversos apresentados após o incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), que resultou na morte de 242 pessoas em janeiro de 2013. Muitas pessoas foram vitimadas pela intoxicação por substâncias contidas na fumaça, como o gás cianídrico liberado na queima do material sintético usado no revestimento das paredes e

do teto da boate.

—Uma das dificuldades enfrentadas pelos médicos foi a indisponibilidade de quantidades suficientes de antídotos para neutralizar os efeitos do gás —lamentou Ana Amélia. Ela entende que o projeto

possibilita a efetivação de um “amplo sistema nacional de toxicologia” no âmbito do SUS, com logística, organização do sistema de notificação, rede assistencial, elaboração dos protocolos clínicos e a capacitação de médicos e

profissionais auxiliares. Apresentou os dados da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para mostrar a “inoperância” do atual modelo.

— Os dados referentes às intoxicações no Brasil estão disponíveis no Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox). Só que não há informações atualizadas. As estatísticas mais recentes são de 2013.

Além das falhas de notificação e de análises epidemiológicas, ela ainda fez o relato de casos recentes veiculados na mídia sobre o desabastecimento de medicamentos utilizados no tratamento das intoxicações. Após a votação em turno suplementar na CAS, o projeto poderá ir para a Câmara dos Deputados.



Paim, autor do texto, ao lado da relatora, Ana Amélia, na reunião da CAS

Redução da maioria penal será debatida

A redução da maioria penal e as consequências dessa mudança na legislação serão debatidas pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), conforme um dos requerimentos aprovados ontem. Paulo Paim (PT-RS) quer ouvir opiniões contrárias e favoráveis à mudança, que está sendo analisada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2012 prevê que jovens menores de 18 anos, e acima de 16 anos, poderão ser condenados pela prática de crimes graves. Atualmente só os maiores de 18 podem ser presos.

A mudança constitucional cria o “incidente de desconsideração da inimpugnabilidade penal” para flexibilizar a maioria penal nos casos em que menores infratores cometem os crimes hediondos listados na Lei 8.072/1990, como latrocínio, extorsão, estupro, favorecimento à prostituição e exploração sexual de crianças, adolescentes e vulneráveis e ainda homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e reincidência em roubo qualificado.

Estatuto da Segurança Privada foi adiado para quarta-feira

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Marta Suplicy (PMDB-SP), marcou para quarta-feira a votação do relatório de Vicentinho Alves (PR-TO) ao Estatuto da Segurança Privada (SCD 6/2016), apresentado ontem. Pediram vista ao texto os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Hélio José (PMDB-DF) e

Eduardo Amorim (PSDB-SE). A discussão ainda está centrada na permissão para os bancos constituírem empresas de transporte de valores. A proibição prevista no texto do relator pode provocar o desemprego de milhares de trabalhadores, segundo Randolfe. Vicentinho disse que os

bancos poderão criar empresas para o transporte de seus próprios valores, o que, acredita, diminuirá eventual desemprego. Ele informou que acatou emenda de Randolfe para que a transição se dê em quatro anos. Também aceitou emenda que abre a atividade à participação do capital estrangeiro.

Outra proposta com vista coletiva foi a de Reguffe (sem partido-DF) que obriga os hospitais a divulgarem na internet a lista de espera, por especialidade, dos pacientes que aguardam cirurgias (PLS 393/2015). O relator, Otto Alencar (PSD-BA), apresentou emenda que permite eventuais mudanças de lugar na lista.

Comissão aprova plano de trabalho sobre as políticas para a gestão das águas

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem o planejamento para os últimos meses de trabalho deste ano na avaliação das políticas públicas sobre a segurança hídrica e a gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste do país.

Para Fátima Bezerra (PT-RN), que acumula as funções de presidente e relatora do grupo, analisar o andamento das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco será um dos principais objetivos, sobretudo quanto ao

modelo de gestão de águas e aos recursos necessários para assegurar o abastecimento das populações.

O outro aspecto a ser averiguado é o abastecimento de água na Região Norte, que tem os piores índices do país, segundo a última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo IBGE em 2008. À época, cerca de 12 milhões de residências estavam sem acesso à rede de água, 54,7% na região. Um paradoxo, considerando que lá estão cerca de 70% das reservas de água doce superficial existentes no

país, frisou Fátima Bezerra na justificativa do plano de trabalho.

Em outubro, a comissão fará várias audiências públicas regionais, em Natal e Fortaleza, sobre a transposição. Em novembro, as audiências serão em Brasília, com especialistas, acadêmicos e representantes do governo e o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho. A previsão é que o relatório esteja concluído em dezembro.

Desde 2014, as comissões permanentes do Senado avaliam anualmente políticas

públicas federais.

Também foi aprovado requerimento de audiência pública sobre o Relatório

Sistêmico de Fiscalização do Tema Desenvolvimento, com Recorte Nordeste, conhecido como Fisc Nordeste.



Fátima Bezerra e Elmano Férrer: relatório está previsto para dezembro

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Deixar de cumprir medidas protetivas poderá ser crime

Complemento da Lei Maria da Penha foi aprovado pela CCJ. Se, descumprindo ordem judicial, agressor aproximar-se da vítima, por exemplo, terá que cumprir pena de três meses a dois anos de prisão

PROJETO QUE TORNA crime o descumprimento das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) avançou mais uma etapa ontem. O texto, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), estabelece que, por desobediência à decisão judicial, o infrator seja punido com pena de detenção de três meses a dois anos. O PLC 4/2016 segue para decisão final do Plenário.

As medidas podem ser impostas por juízes para proteger mulheres vítimas de algum tipo de violência doméstica ou familiar. O objetivo principal é afastar o agressor do lar ou do local de convivência da mulher. Normalmente, o magistrado também fixa um limite mínimo de distância entre ele e a vítima. Entre as medidas, está também a suspensão ou restrição do direito ao porte de armas, caso o agressor disponha dessa licença.

Lacuna

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o descumprimento de medida protetiva não é conduta penal tipificada. Por isso, não ocorreria o crime de desobediência à

ordem judicial, o que impede na prática, por exemplo, a prisão em flagrante.

Diante dessa situação, seria necessário aguardar “o acionamento e a atuação da nossa já sobrecarregada Justiça para fazer cessar a conduta desobediente”, esclarece a relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), para quem as situações de violência doméstica devem ser “repreendidas com celeridade e veemência, sob pena de a demora ensejar violência ainda maior”.

A mesma preocupação motivou o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) a apresentar o projeto à Câmara dos Deputa-

dos. O texto aprovado na Casa em março de 2015 estabeleceu ainda que o descumprimento será considerado crime independentemente da competência civil ou criminal do juiz que ordenou as medidas protetivas. Vanessa acolheu integralmente o conteúdo do texto final da Câmara, sugerindo apenas uma emenda de redação.

Apoio

Se transformado em lei, o projeto mudará a Lei Maria da Penha, defendida por movimentos de mulheres e apoiado pelas bancadas femininas da Câmara e do Senado.



Vanessa Grazziotin apresenta relatório favorável à proposta da Câmara

Avança garantia de receitas do IR a entes federados

A Constituição assegura aos estados e municípios, sem qualquer restrição, a receita do Imposto de Renda (IR) que retiverem na fonte em função de pagamentos feitos a seus empregados, terceiros e empresas. Para que esse entendimento seja rigorosamente seguido pela Receita Federal, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de decreto legislativo.

Na prática, o PDS 18/2016, de Lasier Martins (PSD-RS), susta os efeitos de um dos dispositivos da Instrução Normativa 1.599 da Receita, que trata da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).

De apresentação obrigatória, esse documento serve

para informar os tributos e as contribuições que são apurados pelas empresas.

De acordo com Lasier, pela interpretação indevida da Receita, os direitos de estados, Distrito Federal e municípios se restringem à retenção do IR associado aos rendimentos do trabalho assalariado dos servidores. Ou seja, a visão é de que os órgãos públicos devem incluir na DCTF e recolher à União o Imposto de Renda retido na fonte em relação aos serviços prestados pelos trabalhadores autônomos e pelas pessoas jurídicas.

Inconstitucional

Para o senador, o dispositivo contido na Instrução Normativa 1.599 deve ser sustado,

em função da violação do seu poder regulamentador. Segundo ele, os dispositivos constitucionais sobre o tema são normas autoaplicáveis, o que dispensaria regulamentação por qualquer ato normativo.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), afirma que a interpretação mais correta dos artigos 157 e 158 da Constituição é a de que “sempre que lei federal determinar que estado, DF, município, ou respectiva autarquia e fundação, recolha o IRRF sobre rendimentos por eles pagos, a qualquer título, então o produto da arrecadação pertencerá ao ente subnacional correspondente”. Ela disse: “não se pode restringir onde a Constituição não o fez.”

Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo deverá contar com mais 225 funcionários

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que prevê a criação de 225 vagas para o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP). O projeto segue para análise do Plenário.

Quanto à distribuição das vagas, o PLC 93/2017 deter-

mina que serão destinadas 129 ao cargo de técnico (ensino médio) e 96 para analista (ensino superior). O projeto cria ainda 24 cargos em comissão e 121 funções comissionadas.

O texto aprovado determina que as despesas decorrentes dos novos cargos serão pagas

pelo orçamento do TRE-SP.

Ao apresentar a proposta, o Tribunal Superior Eleitoral justificou os novos cargos devido ao TRE-SP manter, há dez anos, a mesma estrutura de pessoal, ainda que as atribuições tenham crescido de forma significativa. Entre

Comissão quer sustar portaria que limita mamografias no SUS

O Ministério da Saúde não pode ignorar uma lei aprovada pelo Congresso e restringir, por portaria, o acesso de mulheres de 40 a 49 anos aos exames mamográficos para detecção precoce de câncer de mama oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Sob este argumento, foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 377/2015 para sustar a Portaria 61/2015. A proposta segue para análise do Plenário.

Direito

A norma do ministério estabelece que o foco do SUS deverá ser a faixa etária de 50 a 69 anos, relativizando o acesso das mulheres abaixo de 50 à mamografia. Para o autor do PDS 377/2015, Lasier Martins (PSD-RS), o ministério extrapolou suas competências, ao fixar limites etários mais elevados que os

definidos em lei. Além disso, segundo ele, a portaria afronta o direito constitucional à saúde e as recomendações médicas internacionais.

A Lei 11.664 assegura a prevenção, a detecção, o tratamento e o acompanhamento dos cânceres do colo uterino e de mama, incluindo a realização de mamografia.

O relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), lamentou que o mesmo governo que criou o programa tenha limitado seu alcance:

— É uma barbaridade o que o Ministério da Saúde está praticando. No ano de 2008, o governo do PT sancionou uma lei que prevê que a partir dos 40 anos de idade as mulheres estão dentro de um programa de rastreamento do câncer de mama e ginecológico. Depois, o mesmo governo do PT vem e baixa uma portaria e suspende o acesso de mulheres de 40 a 49 anos.

Engenheiro e arquiteto poderão acumular dois cargos públicos

Arquitetos e engenheiros podem ser autorizados a exercer, cumulativamente, dois cargos públicos, segundo proposta de emenda constitucional aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A PEC 14/2015 segue para discussão e votação final em Plenário, em dois turnos.

O autor, senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), ressalta na justificativa que, em razão das crescentes demandas nas áreas de infraestrutura e tecnologia, engenheiros e arquitetos assumem um papel essencial no desenvolvimento do país. Segundo ele, nesse contexto, é requerida a “atuação de profissionais qualificados e aptos a realizar atividades de alta complexidade”.

Horários

Para que a demanda seja atendida, Cássio defende que seja estendida a essas duas categorias o mesmo regime já aplicado aos professores e aos profissionais de saú-

de, que já são autorizados a acumular até dois cargos ou empregos públicos, desde que haja compatibilidade de horários e que permita o bom desempenho das funções.

“Hoje, diante da necessidade de se dar mais transparência e, acima de tudo, racionalidade às administrações públicas municipais, faz-se necessária a flexibilização da jornada de trabalho desses profissionais”, acrescentou.

O relator da PEC, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), deu parecer favorável à proposta, por ele classificada de “meritória, pois permite que o poder público aproveite, de forma abrangente, o potencial laboral de arquitetos e engenheiros, profissionais que desempenham atribuições de grande relevância econômica e social”.

Anastasia afirma que essa medida é especialmente positiva para as administrações de municípios de pequeno e médio porte, em que se verifica escassez de profissionais qualificados nessas áreas.

Igrejas defendem projeto que prevê falta de aluno por motivo religioso

Proposta que está na CCJ determina que a escola reponha aula ou prova que cair no dia em que a religião não permita realizar atividades

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA na Comissão de Educação para debater o projeto que garante a alunos o direito de faltar a aulas ou provas marcadas para dias em que sua religião proíba a realização dessas atividades, o representante da Associação das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Bruno Coimbra, afirmou que a proposta deve contribuir para evitar discriminações e garantir a autonomia das escolas.

— Espero que a gente consiga evitar discriminações e, por parte das entidades de ensino superior, que se garanta a autonomia e a essencial liberdade de ensinar.



Pedro Chaves (3º à esq.) preside o debate sobre o projeto que permite a aluno faltar aula ou prova por religião

Participaram do debate representantes de escolas particulares, pais e religiosos de diversas denominações.

O PLC 130/2009 determina que a escola ofereça outra possibilidade para o aluno ser avaliado e de ter a falta compensada, seja por meio de reposição de aulas, segunda chamada de provas ou outras providências.

O autor do pedido para discussão do tema, senador

Pedro Chaves (PSC-MS), que já foi dirigente educacional, disse que o objetivo da audiência foi dar subsídios para a criação de uma lei que dê tranquilidade às famílias cuja religião determina guardar os sábados.

Segundo o representante das Igrejas Adventistas do Sétimo Dia, Vanderlei Vianna, 2 milhões de brasileiros têm o sábado como dia de guarda — quando não podem trabalhar

ou estudar. O representante da Confederação Israelita Brasileira, Paulo Maltz, lembrou que o projeto que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) atende o direito constitucional de liberdade de crença para todas as religiões.

— Não se pretende privilegiar nenhum grupo em especial. Outras religiões que não guardam o sábado também estarão sendo beneficiadas.

MP sobre tributação de petróleo pode ser votada na terça

O relatório da medida provisória que reduz tributos de empresas envolvidas nas atividades de exploração de petróleo e gás natural foi lido ontem na comissão mista que analisa o texto. Para 2018, a previsão de renúncia de receita decorrente dos incentivos fiscais é de R\$ 16,4 bilhões. Foi concedida vista coletiva do relatório, que deve ser votado na terça-feira.

A MP 795/2017 foi editada para estimular a participação de empresas nas licitações de

blocos de pré-sal e pós-sal que serão conduzidas este ano pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A intenção é aprovar a MP até 27 de outubro, quando a ANP fará a segunda rodada de leilões do pré-sal e pós-sal.

A MP alterou vários pontos da legislação tributária do setor, entre eles a dedução de investimentos. A partir de 2018, as empresas poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o

Lucro Líquido (CSLL), os valores aplicados nas atividades de exploração e produção de petróleo e de gás natural.

A MP também suspende o pagamento do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e da Contribuição para o PIS-Cofins para os bens importados que ficarem definitivamente no país e que forem usados na exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e derivados.

Esse ponto recebeu críticas

de Lindbergh Farias (PT-RJ). Para ele, a medida vai criar empregos fora do Brasil.

A Receita vai definir a relação dos bens que terão os tributos suspensos. Decorridos cinco anos, a suspensão poderá ser convertida em isenção ou em alíquota zero.

As suspensões somente abrangeriam os fatos geradores ocorridos até 31 de julho de 2022, mas o relator alterou o prazo para 31 de dezembro de 2040.

Com Agência Câmara

Rio Parnaíba está ameaçado, denunciam especialistas

A proposta de revitalização do Rio Parnaíba tem como objetivo proteger a bacia hidrográfica e garantir abastecimento de água à população da região. Mas, para especialistas ouvidos ontem em audiência pública, o desmatamento e a poluição ameaçam a preservação das reservas hídricas.

Promovida em conjunto pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Desenvolvimento Regional (CDR), o objetivo da audiência foi instruir o PLS 56/2014, de Elmano Férrer (PMDB-PI), que institui regras para a revitalização do Rio Parnaíba e seus afluentes.

A Bacia Hidrográfica do Parnaíba é a segunda mais importante do Nordeste e abrange o Piauí, parte do Maranhão e do Ceará. Regina Sousa (PT-PI), autora do requerimento da audiência, disse que é preciso colocar em prática o que já foi

desenvolvido, pois a atual situação da bacia é preocupante.

Para o coordenador da Rede Ambiental, Avelar Damasceno, o projeto precisa estabelecer ações de recuperação e conservação da bacia, que enfrenta diversos problemas, sendo os

principais desmatamento e falta de saneamento básico.

O diretor de Revitalização da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, Inaldo Guerra, explicou como a instituição vai atuar na região:

— Serão feitas ações de esgotamento sanitário, controle de processo erosivo e arranjos produtivos locais. Com isso, você fixa o homem no campo de forma sustentável e ajuda a preservar o rio.

O projeto será analisado de forma terminativa na CMA. Caso seja aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados.



Regina Sousa é autora do requerimento para realização da audiência

Relatório de MP que muda Fies vai a votação no dia 10

A comissão mista da Medida Provisória 785/2017, que reestrutura o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), volta a se reunir na terça-feira para tentar votar

o relatório do deputado Alex Canziani (PTB-PR). O relator disse que pretende analisar demandas da comissão, mas lembrou os limites impostos pelos cortes no Orçamento

da Educação. Deputados criticaram ontem a inclusão do ensino à distância no Fies e o fim da carência atual de 18 meses para a cobrança. Para o relator, não há impedimento

legal para inclusão do EaD. A relatora-revisora, senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), disse que o Fies é voltado ao ensino presencial, mas outras modalidades poderão ser aceitas

Lídice da Mata pede revitalização do Rio São Francisco

Lídice da Mata (PSB-BA) disse que o Rio São Francisco passa por uma severa crise hídrica. Segundo ela, o lago da Barragem de Sobradinho, na Bahia, está com 8,69% do volume útil. No mesmo período do ano passado, era de 15,24%. Ela lembrou que milhões de pessoas dependem das águas do rio.

A senadora informou que é autora de projeto, já aprovado no Senado e em análise na Câmara, que traz normas para a revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco.

— A ideia do nosso projeto é que a revitalização se torne uma política pública mais consistente, por meio de ações coordenadas.

Bezerra quer estudos para transposição do Rio Tocantins

Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) registrou no Plenário o aniversário de 516 anos



da descoberta do Rio São Francisco e lamentou pelo rio atravessar o seu “pior momento hidrológico”. Para ele, o Senado deve estudar a possibilidade de transposição das águas do Rio Tocantins para o São Francisco.

Segundo o senador, há outra possibilidade: a construção de cinco barragens nos afluentes do São Francisco em Minas Gerais. Ele disse que essa alternativa é mais eficiente e barata que a transposição.

Valdir Raupp cobra dragagem urgente do Rio Madeira

Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou do governo federal rapidez na dragagem do Rio Madeira. Segundo ele, a empresa que venceu a licitação não tem prestado o serviço de forma célere. Ele afirmou que a dragagem é essencial para a navegabilidade do rio e, portanto, para a economia da Amazônia Legal.

Raupp lembrou que fenômenos naturais e interferência humana, como a construção de hidrelétricas, fazem com que resíduos e diversos materiais sejam despejados na calha do rio, o que exige serviços de dragagem.

— O transporte aquaviário é mais barato, mais seguro e mais eficiente do que todos os outros modais — acrescentou.



30 anos
CONSTITUIÇÃO
 da **CIDADANIA**

Contagem regressiva para 30º aniversário da Constituição

Ao longo de um ano, veículos de comunicação do Senado publicarão série de reportagens sobre a Carta de 1988

NO DIA 5 de outubro de 2018, a Constituição completará 30 anos. Hoje, a um ano do aniversário, os veículos de comunicação do Senado iniciam a publicação de um farto material informativo e analítico sobre o processo de construção da Carta.

O desafio jornalístico faz parte das celebrações oficiais das duas Casas do Congresso

Nacional e inclui produtos realizados em parceria com os veículos de comunicação da Câmara dos Deputados.

Até outubro do próximo ano, reportagens especiais, entrevistas, infografias e ensaios fotográficos de caráter multimídia investigarão como a chamada Constituição Cidadã transformou o país.

No hotsite 30 Anos da Cons-

tituinte (<http://bit.ly/Constituicao30Anos>) estão disponíveis informações e materiais históricos sobre a Assembleia Nacional Constituinte e a Constituição.

O **Jornal do Senado** trará a cada mês uma reportagem especial sobre uma perspectiva setorial diferente, mostrando de que forma a participação popular, as articulações políticas e o contexto histórico influenciaram

o balizamento institucional das principais áreas da vida nacional. E como, ao longo dos últimos 30 anos — desde a instalação da Assembleia Nacional Constituinte —, as demandas e expectativas originais foram adaptadas ao caminhar dos eventos, até chegar ao modelo que temos hoje e às reivindicações que dominam os debates nos dias atuais.



ARQUIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, ergue o texto da Constituição em Plenário, na solenidade de promulgação: data marcou a história do Brasil

Participação do povo marcou construção da nova Carta

Em meio às demandas e expectativas de todos os setores de uma sociedade que só queria deixar para trás a ditadura, a Assembleia Nacional Constituinte estreou com uma missão clara: ser cidadã

Guilherme Oliveira

“SENHORES CONSTITUINTES, esta Assembleia reúne-se sob um mandato imperativo: o de promover a grande mudança exigida pelo nosso povo. Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A nação quer mudar. A nação deve mudar. A nação vai mudar.”

Com essas palavras, o então deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) deu início aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em 4 de fevereiro de 1987. Pela sexta vez na história, desde a proclamação da Independência, o Brasil incumbia seus parlamentares da tarefa de conceber o desenho institucional que passaria a reger as vidas de todos os cidadãos.

Na situação em que o Brasil se encontrava, as prioridades estavam claras: era preciso exercizar os fantasmas do regime repressivo, diz o ex-senador constituinte José Paulo Bisol (PMDB-RS) em

documentário da TV Senado de 2008.

— Emergíamos de 20 anos de ditadura militar. Havia uma preocupação de segurar e garantir a democracia.

José Fogaça (PMDB-RS), que também participou do processo como senador, reconhece no mesmo documentário que a preocupação das lideranças políticas era reverter as sequelas de um regime ditatorial havia deixado.

— A gente não olhava para o futuro. A gente só queria apagar o passado. Tudo que nós fazíamos era tentando corrigir erros do passado.

A Constituinte emergia como uma oportunidade que os segmentos sociais teriam para desafogar exigências repressadas e garantir lugar na estrutura nacional. Com a percepção de que o poder se abria para as manifestações do povo pela primeira vez em mais de duas décadas, o resultado foi uma intensa vontade de participar e influir

nos rumos da Assembleia, explica o deputado constituinte (PFL-RR) e ex-senador Mozarildo Cavalcanti.

— A Constituição foi elaborada no momento de um desaguadouro de muitas demandas reprimidas. Todas as camadas da população tinham reivindicações que queriam ver inseridas na Constituição.

Quando proferiu o discurso de promulgação da Constituição, no ano seguinte, Ulysses deu um nome a essa participação: “sopro de gente”. O influxo de representantes de todas as categorias imagináveis foi, segundo o presidente da Assembleia, o que garantiu a legitimidade e a autenticidade social do texto que viria a ficar conhecido como Constituição Cidadã.

Abertura

A abertura democrática brasileira foi gestada, peculiarmente, no interior da cúpula do regime militar. O Brasil trocou a ditadura pela demo-



Mobilizações populares tomaram conta do Congresso durante todo o período da Assembleia, oxigenando a Constituição com o “sopro de gente” exaltado por Ulysses

cracia por meio de negociações que se arrastaram por anos.

Fernando Henrique Cardoso, na época senador pelo PMDB de São Paulo e um dos quatro futuros presidentes da República que participaram da Assembleia, entende a situação que viviam os parlamentares e o país como sui generis. Mesmo assim, segundo ele, esse estranhamento não inviabilizou os trabalhos.

— Justifica-se uma Constituinte quando há a ruptura de uma ordem para a inauguração de uma nova. O nosso caso foi muito especial porque não houve propriamente a ruptura. Mas implicou mudança.

Convocação

A Assembleia Nacional Constituinte foi convocada em 27 de novembro de 1985, por uma emenda à Constituição de 1967, que vigorava naquele momento. A elaboração de uma nova Carta era parte do pacto firmado pela aliança partidária que elegeu Tancredo Neves para a Presidência, o primeiro civil de oposição

a ocupar o cargo após uma sequência de cinco generais do Exército.

Tancredo encabeçou a Aliança Democrática, coligação que uniu o seu PMDB ao PFL, fundado por dissidentes do regime. O ex-senador José Sarney, que até poucos meses antes da eleição presidia o PDS, partido do governo, juntou-se à chapa como vice, filiando-se ao PMDB.

Com a morte de Tancredo antes de tomar posse, coube a Sarney levar adiante a promessa da Constituinte. Como figura de fundo de um governo eleito indiretamente, Sarney sabia que andava em gelo fino.

— Havia a necessidade de buscar minha legitimidade. Eu tinha noção de que estávamos pisando sobre ovos. As únicas forças organizadas que tínhamos no país eram as Forças Armadas. Muitas pessoas falavam naquele momento que nós não tínhamos clima para uma Constituinte.

A decisão do presidente foi apostar nas medidas econômicas do Plano Cruzado,

lançado no início de 1986. O sucesso inicial do plano se estendeu até as eleições gerais de novembro do mesmo ano. Segundo a regra prevista, os parlamentares eleitos naquele pleito comporiam a Assembleia Nacional Constituinte, junto com os 23 senadores eleitos em 1982 que ainda tinham mandato vigente.

As eleições foram um sucesso para o PMDB, que arrebatou a maioria do Congresso. O partido do governo fez 304 dos 559 parlamentares da Assembleia.

Senhor Diretas

O resultado das eleições fortaleceu a figura que era o símbolo maior do PMDB: Ulysses Guimarães. Com a morte de Tancredo, Ulysses prevalecia

como memória viva da oposição institucional ao regime militar e também da campanha Diretas Já, que mobilizara o país entre 1983 e 1984. Segundo o próprio Sarney, a configuração de forças da política brasileira era a seguinte:

— O governo estava comigo, mas o poder estava com Ulysses.

O Senhor Diretas era presidente da Câmara dos Depu-

tados desde 1985 e despontou como favorito instantâneo para comandar também a Assembleia Nacional Constituinte. Sua boa aceitação entre todos os segmentos da política e sua capacidade de articulação da pluralidade de interesses que se chocariam ao longo do processo eram vistas como trunfos. Ele foi eleito presidente da Assembleia com 425 dos 559 votos possíveis.

O trabalho começou em fevereiro de 1987, mas a busca da nova Constituição já havia começado sem ela. No ano anterior, uma comissão de intelectuais nomeados pelo presidente Sarney já havia elaborado um anteprojeto constituinte (*leia mais na página 4*), que tinha por objetivo inspirar e auxiliar os parlamentares. O texto, porém, não foi enviado ao Congresso.

Uma vez decidido que a Constituinte atuaria a partir do zero, foi preciso definir como o trabalho seria distribuído. A proposta original, encampada por Ulysses, previa um processo muito mais concentrado. Conforme relata o então deputado Bernardo Cabral (PFL-AM), a ideia provocou resistência.

— O Ulysses entendia que se podia criar uma comissão com 80 membros. A grita foi enorme. Os constituintes disseram que os que não fossem escolhidos seriam constituintes de segunda classe.

As deliberações foram dis-

tribuídas em oito comissões temáticas (*quadro acima*), cada uma com 63 integrantes e repartida em três subcomissões. Ao fim de 65 dias de trabalho, a produção das comissões seria enviada para a Comissão de Sistematização, um colegiado de 49 membros cuja missão única era consolidar, em até 30 dias, o texto final.

Congresso cheio

Concluído o trabalho, restava encaminhar o anteprojeto ao Plenário, para as discussões definitivas. O Regimento previa, na fase derradeira, as chamadas emendas populares, propostas subscritas por

cidadãos. Bernardo Cabral foi escolhido relator da Comissão de Sistematização, um dos cargos mais importantes de toda a Assembleia Constituinte. Ele cita a intensa movimentação de cidadãos no Congresso como ponto alto daquele período.

— Era notável. Os corredores fervilhavam de pessoas.

Entidades representativas de todos os setores aproveitaram essa predisposição para comparecer em peso e se fazer ouvir. De operários a empresários, de estudantes a ambientalistas a indígenas, de servidores públicos civis a militares, o que se via eram grupos levando reivindicações.

Ao cabo de sua jornada, a Assembleia se estendeu por mais de um ano, trabalhando por mais tempo do que qualquer outra congregação constituinte já reunida no país.

Comissões

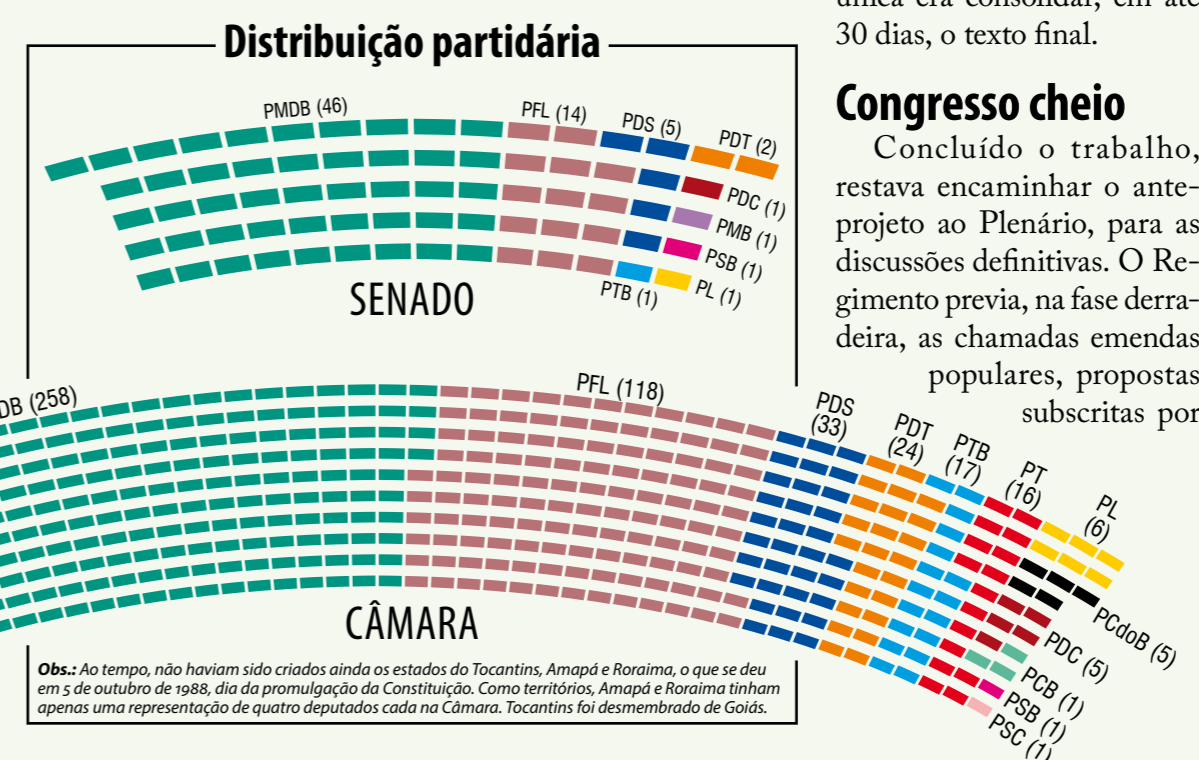
As discussões sobre o texto constitucional ocorreram em 8 comissões temáticas. Havia ainda a Comissão de Sistematização e a de Redação

Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	PRESIDENTE Dep. Mário Assad (PFL-MG) RELATOR Sen. José Paulo Bisol (PMDB-RS)
Comissão da Organização do Estado	PRESIDENTE Dep. José Thomaz Nonó (PFL-AL) RELATOR Sen. José Richa (PMDB-PR)
Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo	PRESIDENTE Dep. Oscar Corrêa (PFL-MG) RELATOR Dep. Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE)
Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	PRESIDENTE Sen. Jarbas Passarinho (PDS-PA) RELATOR Dep. Prisco Viana (PMDB-BA)
Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	PRESIDENTE Dep. Francisco Dornelles (PFL-RJ) RELATOR Dep. José Serra (PMDB-SP)
Comissão da Ordem Econômica	PRESIDENTE Dep. José Lins (PFL-CE) RELATOR Sen. Severo Gomes (PMDB-SP)
Comissão da Ordem Social	PRESIDENTE Dep. Edme Tavares (PFL-PB) RELATOR Sen. Almir Gabriel (PMDB-PA)
Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	PRESIDENTE Sen. Marcondes Gadelha (PFL-PB) RELATOR Dep. Artur da Távola (PMDB-RJ)
Comissão de Sistematização	Fazia a consolidação dos anteprojeto apresentados pelas comissões temáticas
Comissão de Redação	Responsável pelo texto final das propostas aprovadas no Plenário

O Brasil em números

	1988	2017
População	141 milhões	208 milhões
População Urbana	67,7% (1980)	84,4% (2010)
Expectativa de vida	62 anos e 8 meses (1980)	75 anos e 5 meses (2015)
População desnutrida	14,8% (1990)	1,7% (2015)
Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	54	13,8
Saneamento básico		
Municípios com rede de água	95,9% (1989)	99,4% (2008)
Municípios com rede de esgoto	47,3% (1989)	55% (2008)
Médicos por habitante (por mil habitantes)	1,19	1,89 (2013)
Analfabetismo (15 ou mais anos de idade)	18,90%	8,6% (2011)
PIB	US\$ 330,4 bilhões	US\$ 1,8 trilhão (2016)
Renda per capita	US\$ 2.294,40	US\$ 8.757,21
Salário mínimo	Cz\$ 23.700 (Out/1988) / US\$ 64,53	R\$ 937 / US\$ 296,14
Desigualdade de renda (Índice de Gini)	61,43	51,48 (2014)
Inflação	980%	6,29% (2016)
Desemprego	10,21% (1991)	11,45% (2016)
Dívida pública/PIB	13,9% (1988)	71,7% (4/2017)
Balança comercial	US\$ 16.119.186.972 (1989)	US\$ 47.683.397.949 (2016)
Emissão de CO₂ (em toneladas per capita)	1,44	2,49 (2013)

Fontes: IBGE, FAO, Banco Mundial, Banco Central, MDC



Principais fatos da Constituinte 1987–1988

1 FEV 1987	25 MAR 1987	1 ABR 1987	7 ABR 1987	9 ABR 1987	26 JUN 1987	15 JUN 1987	9 JUL 1987	18 NOV 1987	6 JAN 1988	22 SET 1988	5 OUT 1988
Instalação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC)	Publicação da Resolução 2/1987 — Regimento Interno da ANC	Instalação das 8 comissões temáticas	Instalação das 24 subcomissões temáticas	Instalação da Comissão de Sistematização	Entrega do anteprojeto de Constituição — Comissão de Sistematização	Término do prazo para encaminhamento dos anteprojeto das comissões temáticas	Entrega do projeto de Constituição — Comissão de Sistematização	Término da votação do 1º e do 2º substitutivo da Comissão de Sistematização	Publicação da Resolução 3/1988 — Alteração do Regimento Interno da ANC	Aprovação da redação final	Promulgação

Anteprojeto feito por comissão de notáveis acabou abandonado

Antes da Constituinte, um grupo de intelectuais foi convocado pela Presidência para fazer estudos que orientariam elaboração da Carta

Guilherme Oliveira

A ASSEMBLEIA Constituinte não foi a única nem a primeira frente de ação para se estabelecer uma nova Carta. Em 1986, um anteprojeto de texto constitucional foi concluído por um grupo de intelectuais e publicado no *Diário Oficial da União*. Por decisão do Congresso, porém, ele não seguiu adiante.

O texto era fruto do trabalho da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, criada em 1985 por decreto do então presidente José Sarney. Os 50 membros do grupo foram escolhidos livremente pelo presidente entre “brasileiros ilustres”.

O objetivo seria desenvolver estudos para colaborar com o trabalho da futura Assembleia. Ao fim de pouco mais de um ano de trabalho, o resultado, publicado em setembro de 1986, foi um texto constitucional completo, com 9 eixos temáticos e 468 artigos.

O colegiado ficou conhecido como Comissão Afonso Arinos, em referência ao seu presidente, o jurista e ex-senador Afonso Arinos de Melo Franco (1905–1990).

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) participou do grupo. Reitor da Universidade de Brasília na época, ele observa que a expectativa era que a Constituição pudesse varrer o governo dos militares, o que não era a melhor motivação para a elaboração da Carta.



Sarney relata que não enviou texto ao Congresso para evitar crise



Arinos presidiu a comissão e depois elegeu-se senador constituinte

— Nós comemorávamos o fim da ditadura, não o nascimento de uma democracia. Nossa Constituição não cuidou do futuro. O clima era desfazer o passado.

Cristovam ressalta que essa visão permeava todo o debate a respeito da nova República que se formaria.

O professor Candido Mendes de Almeida também integrou a comissão. O jurista e filósofo explica que a ideia era buscar representatividade das instâncias culturais do país antes da eleição, na tentativa de decantar uma visão nacional ampla que inspirasse a Constituinte.

Ele ressalta que a comissão buscou inovar em paradigmas sociais e previa também um papel intenso do governo no planejamento da atividade econômica.

Uma proposta ousada aproximava o Brasil do par-

lamentarismo, criando a figura do presidente do Conselho de Ministros. Indicado pelo presidente da República e ratificado pelos deputados, ele acumularia funções de chefe de governo.

Risco de crise

O texto da Comissão Arinos, no entanto, não avançou. O anteprojeto não foi enviado pelo presidente ao Congresso recém-eleito e não serviu de documento auxiliar da Constituinte.

Em 2008, no aniversário de 20 anos da Constituição, Sarney explicou que não levou adiante o anteprojeto porque isso poderia ser visto como ingerência do Executivo sobre os parlamentares.

— Não mandei ao Congresso porque Ulysses me disse que, se o fizesse, o devolveria, abrindo uma crise que eu precisava evitar.

Cristovam relata que o

Comparação

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	ANTEPROJETO DA COMISSÃO AFONSO ARINOS
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	<ul style="list-style-type: none"> Princípios fundamentais Direitos e garantias Direito à nacionalidade Direitos políticos Partidos políticos
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	ESTADO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> Organização político-administrativa União Estados federados Municípios Distrito Federal e dos territórios Intervenção Administração pública 	<ul style="list-style-type: none"> Competência da União federal Competência comum à União federal, aos estados e aos municípios Intervenção federal Estados Distrito Federal, territórios federais, municípios e regiões Sistema tributário Poder Legislativo Poder Executivo Poder Judiciário Ministério Público
ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	ORDEM ECONÔMICA
<ul style="list-style-type: none"> Poder Legislativo Poder Executivo Poder Judiciário Funções essenciais à Justiça 	ORDEM SOCIAL
DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	<ul style="list-style-type: none"> Direitos dos trabalhadores Seguridade social Saúde Família Moradia Tutelas especiais Populações carentes Populações indígenas
<ul style="list-style-type: none"> Estado de defesa e estado de sítio Forças Armadas Segurança pública 	EDUCAÇÃO, CULTURA, COMUNICAÇÃO SOCIAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO	MEIO AMBIENTE
<ul style="list-style-type: none"> Sistema Tributário Nacional Finanças públicas 	DEFESA DO ESTADO, DA SOCIEDADE CIVIL E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS
ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	<ul style="list-style-type: none"> Forças Armadas Segurança pública Conselho de Defesa Nacional Estado de alarme Estado de sítio
<ul style="list-style-type: none"> Princípios gerais da atividade econômica Política urbana Política agrícola e fundiária e reforma agrária Sistema Financeiro Nacional 	EMENDAS À CONSTITUIÇÃO
ORDEM SOCIAL	DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS
<ul style="list-style-type: none"> Seguridade social Educação, cultura e desporto Ciência e tecnologia Comunicação social Meio ambiente Família, criança, adolescente e idoso Índios 	
DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS	
DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	

sentimento na comissão, quando se soube que o texto não seria usado, foi de “frustração, mas aceitação”. No entanto, ele acredita que princípios do trabalho também estiveram presentes na Constituição, porque eram ideias que permeavam o debate público e as demandas sociais eram as mesmas.

A comissão era formada em sua maior parte por juristas. Quatro viriam a ser ministros da Justiça: Paulo Brossard, Saulo Ramos, Célio Borja e Miguel Reale Júnior. O grupo tinha expoentes da academia, como

Gilberto Freyre e Celso Furtado, e representantes de setores diversos, como o empresarial e o artístico.

Além de Cristovam, Arinos e outros membros da comissão integraram o Senado: Josaphat Marinho, Paulo Brossard e Edgar da Matta Machado. Arinos já havia sido senador entre 1959 e 1967 e conquistou novo mandato em 1986, integrando a Constituinte. Ele foi também o único membro do colegiado a participar da elaboração da Carta definitiva e presidiu a Comissão de Sistematização.

JORNAL DO SENADO

Av. N2, Bloco 11 do Senado Federal,
70165-920, Brasília, DF
www.senado.leg.br/jornal • e-mail: jornal@senado.leg.br
Twitter: @SenadoFederal
facebook.com/SenadoFederal
Tel.: 0800 612211

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Editor-chefe do Jornal: Marcio Maturana

ENCARTE 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

Coordenação: Nelson Oliveira
Edição: Tatiana Beltrão
Revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine e Maurício Müller
Diagramação: Claudio Portella
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino